



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

REVOGADA PELA RESOLUÇÃO/CEPE/UFES Nº 141, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2025

RESOLUÇÃO/CEPE/UFES/Nº 16, DE 5 DE AGOSTO DE 2022

~~Estabelece normas específicas para disciplinar o processo de revalidação de diplomas de graduação expedidos por estabelecimentos estrangeiros de ensino superior na Universidade Federal do Espírito Santo.~~

~~O CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO DA UNIVERIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, considerando o que consta do Processo Digital nº 23068.063680/2021-26 – CÂMARA DE GRADUAÇÃO – CG/PROGRAD; o que dispõe na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional; a Portaria MEC nº 22, de 13 de novembro de 2016, que dispõe sobre os procedimentos referentes à revalidação de diplomas de cursos de graduação e ao reconhecimento de diplomas de pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado) expedidos por estabelecimentos estrangeiros de ensino superior; a Resolução CNE/CES nº 3, de 22 de junho de 2016, que dispõe sobre normas referentes à revalidação de diplomas de cursos de graduação e ao reconhecimento de diplomas de pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado) expedidos por estabelecimentos estrangeiros de ensino superior; a aprovação da Câmara Central de Graduação, na reunião do dia 14 de novembro de 2021; o parecer da Comissão de Ensino de Graduação e Extensão; a aprovação da plenária, por unanimidade, na Sessão Ordinária do dia 5 de agosto de 2022,~~

RESOLVE:

~~**Art. 1º** Disciplinar o processo de revalidação de diplomas de graduação expedidos por estabelecimentos estrangeiros de ensino superior na Universidade Federal do Espírito Santo – Ufes.~~

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

~~**Art. 2º** Os diplomas de cursos de graduação expedidos por instituições estrangeiras de educação superior legalmente constituídas para esse fim em seus países de origem poderão ser declarados equivalentes aos concedidos no Brasil e hábeis para os fins previstos em lei, mediante processo de revalidação, nos termos da presente Resolução.~~

~~Parágrafo único. Somente serão admitidos diplomas para revalidação em cursos de graduação que estejam sendo ofertados pela Ufes no momento da abertura do processo.~~

~~**Art. 3º** O estabelecido nesta Resolução não se aplica aos processos de revalidação dos diplomas estrangeiros do Curso de Graduação em Medicina, que seguem legislação e trâmites específicos.~~

~~**Art. 4º** Os diplomas obtidos na modalidade de Ensino a Distância – EaD somente serão admitidos para revalidação em cursos de graduação ofertados pela Ufes na mesma modalidade, observado o disposto no parágrafo único do art. 2º.~~



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

~~Art. 5º Os pedidos de revalidação de diplomas estrangeiros no formato digital serão indeferidos na fase de exame preliminar, caso não haja viabilidade técnica para seu apostilamento.~~

CAPÍTULO II
DA SOLICITAÇÃO DE REVALIDAÇÃO

~~Art. 6º Serão admitidas solicitações de revalidação de diploma de graduação de que trata esta Resolução exclusivamente por meio da Plataforma Carolina Bori.~~

~~Art. 7º A capacidade de atendimento a pedidos de revalidação para cada área e curso será publicada pela Pró-Reitoria de Graduação – Prograd/Ufes na Plataforma Carolina Bori.~~

~~Art. 8º O percentual máximo de solicitações admissíveis a cada ano será de até 2% do número de vagas disponibilizadas no Sistema de Seleção Unificado – SiSU e nos processos de seleção conduzidos pela própria Instituição, podendo ser ampliado de acordo com a demanda de solicitação de revalidação.~~

~~Parágrafo único. Caso a aplicação do percentual de que trata o caput resulte em número fracionário, este deverá ser elevado até o primeiro número inteiro subsequente.~~

~~Art. 9º Os pedidos de revalidação serão submetidos a exame preliminar pela Prograd/Ufes, que deverá, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data do recebimento, emitir parecer com uma das seguintes indicações:~~

- ~~I- necessidade de complementação da documentação, em desacordo com o estabelecido nesta Resolução;~~
- ~~II- deferimento e prosseguimento para tramitação detalhada;~~
- ~~III- deferimento e prosseguimento para tramitação simplificada;~~
- ~~IV- indeferimento, com justificativa.~~

~~Parágrafo único. A inexistência de curso equivalente implicará o indeferimento da solicitação no prazo estabelecido no caput.~~

~~Art. 10. Constatado, no exame preliminar, que a documentação está incompleta, o(a) requerente terá até 30 (trinta) dias, contados da data da divulgação do parecer previsto no art. 9º, para complementar a documentação.~~

~~§ 1º Após a recepção da documentação complementar, o pedido será submetido a novo exame preliminar.~~

~~§ 2º O fornecimento incompleto da documentação ou a sua não apresentação dentro do prazo estabelecido no caput acarretará o indeferimento da solicitação e encerramento do seu trâmite pela Prograd.~~

~~Art. 11. O(a) requerente cujo pedido de revalidação de diploma receber, no exame preliminar, a indicação de tramitação simplificada ou de avaliação detalhada deverá apresentar na plataforma Carolina Bori o comprovante do pagamento da taxa referente ao processo de revalidação, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da divulgação do resultado do exame preliminar.~~



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

~~§ 1º O descumprimento do prazo previsto para pagamento da taxa implicará o indeferimento do pedido de revalidação de diploma e seu trâmite será encerrado.~~

~~§ 2º O valor da taxa será definido em resolução própria do Conselho Universitário.~~

~~**Art. 12.** No ato da solicitação e durante a tramitação do processo de revalidação na Ufes, o(a) interessado(a) não poderá manter ou ingressar com pedidos similares em outras universidades ou em mais de um curso ofertado pela Ufes.~~

~~**Art. 13.** Denegada a revalidação do diploma e esgotadas as instâncias recursais previstas nesta Resolução, não será aceita nova solicitação para o mesmo diploma.~~

~~**Art. 14.** A solicitação de revalidação deverá ser instruída pelos seguintes documentos:~~

- ~~I- cópia do diploma do curso de graduação devidamente registrado pela instituição estrangeira responsável pela diplomação, de acordo com legislação vigente no país de origem, autenticada por autoridade consular competente;~~
- ~~II- cópia do histórico escolar registrado pela instituição estrangeira responsável pela diplomação, autenticada por autoridade consular competente, contendo as disciplinas ou atividades cursadas e aproveitadas em relação aos resultados das avaliações, bem como a tipificação e o aproveitamento de estágio e outras atividades de pesquisa e extensão;~~
- ~~III- projeto pedagógico ou organização curricular do curso, indicando os conteúdos ou as ementas das disciplinas e as atividades relativas à pesquisa e extensão, bem como o processo de integralização do curso, autenticados pela instituição estrangeira responsável pela diplomação;~~
- ~~IV- documentos referentes à instituição de origem que comprovem sua condição de instituição de ensino superior reconhecida pelo órgão competente do país onde foi ministrado o curso;~~
- ~~V- programas das disciplinas ou atividades constantes do histórico escolar e bibliografia básica;~~
- ~~VI- documentação da instituição de origem contendo a descrição das atividades práticas;~~
- ~~VII- endereço da instituição em que o(a) aluno(a) obteve o diploma, incluindo endereço eletrônico, telefone e fax;~~
- ~~VIII- certificado de proficiência em língua portuguesa para estrangeiros(as), no mínimo do nível básico, emitido por instituição credenciada pelo EC/Celpe-Bras, exceto para os(as) naturais de países cuja língua materna é o português;~~
- ~~IX- nominata e titulação do corpo docente vinculado às disciplinas cursadas pelo(a) requerente, autenticadas pela instituição estrangeira responsável pela diplomação;~~
- ~~X- Informações institucionais, quando disponíveis, relativas ao acervo da biblioteca e laboratórios, planos de desenvolvimento institucional e planejamento, relatórios de avaliação e desempenho, internos ou externos, políticas e estratégias educacionais de ensino, extensão e pesquisa, autenticados pela instituição estrangeira responsável pela diplomação;~~
- ~~XI- reportagens, artigos ou documentos acadêmicos reconhecidos pelo campo, indicativos da reputação, da qualidade e dos serviços prestados pelo curso e pela instituição, quando disponíveis, e a critério do(a) requerente;~~
- ~~XII- carteira de identidade ou carteira de estrangeiro(a) emitida pela Polícia Federal;~~
- ~~XIII- para a apresentação do pedido, o(a) requerente deverá assinar termo de aceitação de condições e compromissos, o qual incluirá declaração de autenticidade dos documentos apresentados, bem como de que não solicitou a revalidação de diploma simultaneamente em outra IES;~~
- ~~XIV- no caso de cursos ofertados em consórcios ou outros arranjos colaborativos entre diferentes instituições, cópia da documentação que fundamenta a cooperação, bem como a comprovação de eventuais apoios de agências de fomento internacionais ou nacionais ao projeto de colaboração.~~



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

~~Parágrafo único. Só serão aceitos para fins de revalidação os documentos cuja autenticidade e validade forem atestadas no país de origem, conforme procedimentos estabelecidos pela “Convenção da Apostila de Haia”, ressalvados os casos em que esse procedimento não for aplicável, como é o caso dos documentos que já foram, em qualquer data, legalizados pelo consulado brasileiro no país de origem.~~

~~**Art. 15.** Poderão ser exigidos documentos adicionais para as diferentes áreas e cursos.~~

~~Parágrafo único. A lista de documentos mencionada no caput será publicada no sítio eletrônico da Prograd.~~

~~**Art. 16.** Refugiados(as) estrangeiros(as) no Brasil que não estejam de posse da documentação requerida para a revalidação, nos termos do art. 14 desta Resolução, migrantes indocumentados(as) e outros casos justificados e instruídos por legislação ou norma específica poderão ser submetidos(as) a prova de conhecimentos, conteúdos e habilidades relativos ao curso completo, como forma exclusiva de avaliação destinada ao processo de revalidação.~~

~~Parágrafo único. Para fins do disposto, o(a) requerente deverá comprovar sua condição de refugiado(a) por meio de documentação específica, conforme normas brasileiras, anexando ao processo a documentação comprobatória dessa condição, emitida pelo Comitê Nacional para os Refugiados – Conare do Ministério da Justiça.~~

CAPÍTULO III

DO PROCESSO DE REVALIDAÇÃO DOS DIPLOMAS DE GRADUAÇÃO

~~**Art. 17.** O pedido de revalidação que, após exame preliminar, obtiver a indicação de tramitação detalhada será enviado pela Prograd à Secretaria-Geral do centro de ensino que oferta o curso.~~

~~Parágrafo único. A unidade mencionada no caput será responsável pelo controle e encaminhamento dos processos à Comissão Permanente de Revalidação – CPR dos respectivos cursos e por sua devolução à Prograd, no prazo máximo de 110 (cento e dez) dias contados da data do seu envio, acompanhados do parecer conclusivo da comissão.~~

Seção I

DAS COMISSÕES PERMANENTES PARA REVALIDAÇÃO DE DIPLOMA DE GRADUAÇÃO

~~**Art. 18.** A CPR de Diplomas de Graduação Estrangeiros será constituída, por meio de portaria, no âmbito dos centros de ensino para cada curso credenciado ofertado.~~

~~§ 1º A comissão prevista no caput será integrada por três docentes, com mandato de dois anos, permitida a recondução, indicando qual deles(as) será o(a) presidente da comissão.~~

~~§ 2º A CPR poderá convidar membros *ad hoc* para auxiliá-la na avaliação.~~

~~**Art. 19.** No procedimento de avaliação detalhada, a CPR deverá considerar:~~

- ~~I- condições acadêmicas de funcionamento do curso de origem;~~
- ~~II- condições institucionais da oferta do curso de origem;~~



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

- ~~III- similitude entre o curso de origem e as exigências mínimas de formação estabelecidas nas diretrizes curriculares nacionais de cada curso;~~
- ~~IV- equivalência global de competências e habilidades entre o curso de origem e o curso da Ufes.~~

~~**Art. 20.** A CPR poderá solicitar informações ou documentações complementares consideradas necessárias.~~

~~§ 1º A solicitação de informações e/ou documentação complementares mencionada no caput deverá ser enviada ao(à) requerente no prazo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento do processo de revalidação pela comissão.~~

~~§ 2º O(a) requerente terá prazo de até 60 (sessenta) dias, contados a partir da divulgação da solicitação de informações e/ou documentação complementares, para efetuar, na Plataforma Carolina Bori, alternativamente:~~

- ~~I- a entrega da documentação complementar solicitada; ou~~
- ~~II- o pedido de ampliação do prazo para entrega de informações e/ou documentação complementares por até 90 (noventa) dias, hipótese na qual todos os prazos previstos nesta Resolução têm sua contagem suspensa por igual período.~~

~~**Art. 21.** O processo será encerrado com a indicação de indeferimento quando o(a) requerente não atender os prazos dispostos no art. 20.~~

~~**Art. 22.** O parecer conclusivo da CPR deverá ser fundamentado nas razões que levaram ao resultado, indicando:~~

- ~~I- indeferimento;~~
- ~~II- deferimento parcial, com necessidade de complementação de estudos e/ou execução de provas/exames;~~
- ~~III- deferimento.~~

~~**Art. 23.** O exame do pedido de revalidação do diploma efetuado pela comissão deverá ser feito em documento próprio, em observância ao descrito no artigo anterior, e conter, no mínimo, as seguintes informações:~~

- ~~I- identificação do(a) requerente (nome completo);~~
- ~~II- nome da instituição que expediu o diploma;~~
- ~~III- cidade e país de localização da instituição que expediu o diploma;~~
- ~~IV- nome do curso concluído;~~
- ~~V- qualificação conferida no diploma (título ou grau recebido);~~
- ~~VI- datas de início e término do curso;~~
- ~~VII- curso de graduação da Ufes que apresenta equivalência com o curso concluído pelo(a) requerente;~~
- ~~VIII- similitude entre o curso concluído pelo(a) requerente com as exigências mínimas de formação estabelecidas na diretriz curricular do curso revalidante;~~
- ~~IX- confirmação de que a formação recebida pelo(a) requerente na instituição estrangeira apresenta o mesmo valor formativo daquela do curso revalidante para o desempenho da carreira ou profissão no Brasil;~~
- ~~X- relato fundamentado, com motivação clara e congruente; e~~
- ~~XI- local, data e nome completo dos membros da comissão.~~



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

~~§ 1º No caso de indicação de exames ou provas, o parecer deverá conter a data dessas atividades, a qual não poderá ser superior a 180 (cento e oitenta) dias.~~

~~§ 2º. No caso de indicação de estudos complementares, o parecer deverá conter, para cada disciplina indicada:~~

- ~~I- nome da disciplina;~~
- ~~II- código da disciplina;~~
- ~~III- ano e semestre em que a disciplina será ofertada;~~
- ~~IV- ementa da disciplina; e~~
- ~~V- unidade responsável.~~

Seção II
DOS ESTUDOS COMPLEMENTARES

~~Art. 24. Em caso de recomendação de estudos complementares, estes deverão ocorrer na forma de disciplinas isoladas cursadas na Ufes, para as quais o(a) interessado(a) terá vaga assegurada.~~

~~Art. 25. A quantidade de créditos correspondentes a serem cursados não poderá ultrapassar 5% (cinco por cento) do total dos créditos necessários para a integralização do curso na Ufes, de acordo com o projeto pedagógico vigente.~~

~~Art. 26. O(a) requerente terá o prazo máximo de dois semestres letivos completos após a recomendação de estudos complementares, acrescidos de 30 (trinta) dias, para apresentar a documentação comprobatória da conclusão dos estudos recomendados.~~

~~§ 1º O processo de revalidação será suspenso na data da divulgação do parecer recomendando estudos complementares, assim permanecendo até que seja feita a apresentação da documentação comprobatória da conclusão dos estudos complementares recomendados ou até que se esgote o prazo estabelecido neste artigo.~~

~~§ 2º Caso não apresente, dentro do prazo, a comprovação da conclusão dos estudos complementares recomendados, o(a) requerente terá sua indicação de estudos complementares revogada e receberá parecer conclusivo com indeferimento de seu pedido de revalidação de diploma.~~

~~Art. 27. Após concluir, com aprovação, o conjunto de disciplinas indicadas no parecer para estudos complementares, o(a) interessado(a) deverá requerer a retomada de seu processo de revalidação de diploma, o qual será deferido mediante a verificação da comprovação de conclusão dos estudos complementares.~~

~~Parágrafo único. O parecer conclusivo de deferimento, após o complemento de estudos, deverá ser encaminhado à Prograd em até 30 (trinta) dias para continuidade do processo da revalidação.~~

~~Art. 28. Perderá o direito aos estudos complementares e terá seu parecer convertido em indeferimento o(a) requerente que:~~



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

- I- ~~recusar-se a cursar a(s) disciplina(s) no(s) horário(s) e local(is) estipulado(s) pelos departamentos responsáveis pela oferta;~~
- II- ~~não apresentar comprovante de conclusão dos estudos complementares dentro do prazo estabelecido por esta Resolução.~~

Seção III
DA APLICAÇÃO DE PROVA

Art. 29. ~~A convocação para provas e/ou exames mencionados no art. 22 constará do parecer conclusivo, devendo ser observada a antecedência mínima de 30 (trinta) dias entre a convocação e a data de início das avaliações.~~

~~§ 1º A data da prova e/ou exames poderá ser alterada pela comissão, com a devida justificativa, desde que observada a antecedência mínima de 30 (trinta) dias entre a convocação e a nova data de início das avaliações.~~

~~§ 2º Com a concordância do(a) requerente, os prazos definidos no caput e § 1º poderão ser alterados pela comissão sem observação à antecedência mínima de 30 (trinta) dias.~~

~~§ 3º Os(as) requerentes deverão obter nota mínima igual ou superior a de 7,0 (sete) para aprovação em cada prova e/ou exame.~~

Art. 30. ~~O não comparecimento do(a) requerente às provas e/ou exames, nos locais e datas indicados na convocação, acarretará o encerramento do processo de revalidação, com a indicação de indeferimento do pedido.~~

Art. 31. ~~As provas e/ou exames deverão ser ministrados em português, organizados e aplicados pela Comissão de Revalidação de Diplomas, salvo nos casos em que a legislação indicar a organização direta por órgãos do Ministério da Educação - MEC.~~

CAPÍTULO IV
DA TRAMITAÇÃO SIMPLIFICADA

Art. 32. ~~A tramitação simplificada dos pedidos de revalidação de diplomas aplica-se exclusivamente aos casos definidos em legislação específica emitida pelo Ministério da Educação.~~

Art. 33. ~~O resultado do pedido em regime de tramitação simplificada deverá ser divulgado no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data de abertura do processo de revalidação.~~

CAPÍTULO V
DO REGISTRO DA REVALIDAÇÃO DO DIPLOMA DE GRADUAÇÃO

Art. 34. ~~Quando a revalidação for concedida, caberá à Prograd proceder ao registro do respectivo diploma.~~



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

~~§ 1º A Prograd notificará o(a) interessado(a) para a entrega do diploma original, expedido por estabelecimento estrangeiro.~~

~~§ 2º O depósito do original do diploma na Prograd deverá ser feito pessoalmente pelo(a) próprio(a) interessado(a) ou por seu(sua) procurador(a) constituído(a) por instrumento público a ser anexado ao processo de revalidação.~~

~~**Art. 35.** O apostilamento da revalidação do diploma será feito em até 30 (trinta) dias após a apresentação dos documentos originais.~~

~~**Art. 36.** Feito o apostilamento, o(a) requeinte será notificado(a), devendo comparecer à Prograd para retirada de sua documentação no prazo de 30 (trinta) dias.~~

~~Parágrafo único. Decorrido o prazo mencionado no caput, o diploma só poderá ser retirado mediante agendamento com 10 (dez) dias de antecedência.~~

CAPÍTULO VI
DO RECURSO ADMINISTRATIVO

~~**Art. 37.** Caberá recurso ao(à) Diretor(a) de Registro e Controle Acadêmico, dentro de 10 (dez) dias, contra o resultado do exame preliminar ou da tramitação simplificada.~~

~~Parágrafo único. Caberá recurso ao(à) Pró-Reitor(a) de Graduação, dentro de 10 (dez) dias, contra a decisão do(a) Diretor(a) de Registro e Controle Acadêmico.~~

~~**Art. 38.** Caberá recurso à Câmara Central de Graduação, dentro de 10 (dez) dias, contra o resultado do exame detalhado pela comissão de revalidação.~~

~~Parágrafo único. Caberá recurso ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, dentro de 10 (dez) dias, contra a decisão da Câmara Central de Graduação.~~

CAPÍTULO VII
DAS OBRIGAÇÕES

~~**Art. 39.** É responsabilidade dos(as) envolvidos(as) no processo de revalidação acompanhar diariamente o recebimento de demandas na Plataforma Carolina Bori.~~

~~**Art. 40.** Compete ao(à) requerente:~~

- ~~I- verificar se a documentação está completa e correta antes do envio;~~
- ~~II- acompanhar o andamento na plataforma, assim como correio eletrônico que possa ser encaminhado pela Ufes;~~
- ~~III- entregar o diploma físico pessoalmente ou por terceiro na Ufes, quando solicitado para o apostilamento, de acordo com o art. 34;~~
- ~~IV- retirar o diploma revalidado no prazo estabelecido, de acordo com o art. 36.~~



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

~~§ 1º O diploma revalidado poderá ser retirado por terceiro portando procuração com poderes específicos.~~

~~§ 2º Documentos solicitados na forma de apresentação pessoal não serão aceitos via correio.~~

Art. 41. ~~Compete à Prograd:~~

- ~~I- regulamentar os procedimentos administrativos necessários ao cumprimento desta Resolução;~~
- ~~II- alimentar o Portal Carolina Bori com as informações referentes ao quantitativo de vagas e recessos acadêmicos;~~
- ~~III- fazer o exame preliminar da documentação encaminhada no Portal Carolina Bori;~~
- ~~IV- analisar os recursos de acordo com o art. 37;~~
- ~~V- disponibilizar, em seu site, o modelo do parecer circunstanciado que será emitido pela CPR e o Termo de Compromisso e Responsabilidade a ser assinado pelo(a) requerente.~~

Art. 42. ~~Compete às direções dos centros de ensino:~~

- ~~I- compor as Comissões Permanentes de Revalidação de Diploma;~~
- ~~II- prestar apoio administrativo necessário à execução das provas e/ou exames;~~
- ~~III- supervisionar o trabalho das CPRs no Portal Carolina Bori.~~

Art. 43. ~~Compete à CPR:~~

- ~~I- julgar a equivalência entre o diploma estrangeiro objeto da revalidação e o curso correspondente conferido pela Ufes;~~
- ~~II- convocar, quando necessário, os(as) requerentes para exames e/ou provas em disciplinas;~~
- ~~III- solicitar documentação adicional, nos termos desta Resolução;~~
- ~~IV- emitir parecer conclusivo quanto à revalidação do diploma;~~
- ~~V- verificar se foi cumprido o estudo complementar.~~

Art. 44. ~~Compete à Câmara Central de Graduação analisar os recursos, de acordo com o art. 38.~~

Art. 45. ~~Compete ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão analisar os recursos, de acordo com o art. 38, parágrafo único.~~

CAPÍTULO VIII
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 46. ~~Revoga-se a Resolução nº 29/2017 deste Conselho.~~

Art. 47. ~~Esta Resolução entrará em vigor na data de sua aprovação.~~

PAULO SERGIO DE PAULA VARGAS
PRESIDENTE